

CONTRADIÇÕES EM MOVIMENTO NO ENSINO SUPERIOR: CIÊNCIA, TRABALHO E CONHECIMENTO NO CAPITALISMO GLOBALIZADO*

THE MOVING CONTRADICTIONS OF HIGHER EDUCATION: SCIENCE, LABOR AND KNOWLEDGE IN GLOBALIZED CAPITALISM

Felipe Ziotti Narita**

RESUMO: O artigo discute os nexos entre ciência, conhecimento, capitalismo e ensino superior à luz das recentes contribuições apresentadas em *Capital in higher education* (Palgrave Macmillan, 2023), de Krystian Szadkowski, que propõe desafios teóricos e práticos fundamentais para o entendimento das transformações do ensino superior no capitalismo globalizado e, sobretudo, da subsunção do setor à reprodução capitalista. Articulando perspectivas teóricas a uma revisão da área de pesquisa, o texto sugere temas para reflexão e para o planejamento e análise de políticas públicas no campo educacional.

Palavras-chave: Ensino superior; Ciência; Conhecimento; Capitalismo.

ABSTRACT: The article discusses the nexus among science, knowledge, capitalism and higher education in light of the contributions of *Capital in higher education* (Palgrave Macmillan, 2023), by Krystian Szadkowski, which presents fundamental theoretical and practical challenges for understanding the transformations and the subsumption of higher education to capitalist reproduction. The theoretical approach intersects a review of the research area and suggests themes for the design of public policy.

Keywords: Higher education; Science; Knowledge; Capitalism.

Sistemas de ensino, desde sua construção no final do século XIX, são alicerces para políticas de desenvolvimento e de dominação dos Estados. Com a ampliação do escopo e a maior capilaridade do ensino superior, a partir do pós-

* O presente texto só foi possível graças ao convite que recebi para a estadia como pesquisador visitante, em setembro de 2023, na Universidade de Varsóvia e na Academia Polonesa de Ciências e, sobretudo, graças à generosidade do Prof. Dr. Krystian Szadkowski. Sou muito grato às instituições polonesas e ao pesquisador pela oportunidade.

** Realizou pós-doutorado na USP e na UFSCar e recebeu suas quatro titulações acadêmicas da UNESP. Foi pesquisador convidado na Universität Freiburg, Universidade de Varsóvia e Academia Polonesa de Ciências. Pró-reitor de pós-graduação e pesquisa do Centro Universitário Barão de Mauá e docente da UNESP. Contato: felipe.narita@unesp.br

1945, essa dimensão estratégica foi reforçada pelas crescentes exigências de reprodução do mercado de trabalho (à luz de novas competências cognitivas e informacionais para o manejo de tecnologia nos processos de trabalho) e pela necessidade de ciência aplicada para a geração de ativos baseados em tecnologia, inovação e patentes (especialmente a partir dos anos 1970 e 1980) diante da intensificação das forças produtivas.

Na Europa, as pesquisas especializadas em ensino superior ganharam força a partir dos anos 1960 e 1970 em resposta, entre outros fatores, ao aumento das matrículas no setor e aos protestos estudantis (TEICHLER, 2015). A situação da América Latina possui algumas semelhanças. A rigor, a região atravessou alguns momentos relevantes de institucionalização do setor desde o fim do oitocentos, compreendendo textos fundadores como Juan María Gutiérrez na Argentina (*Noticias históricas sobre el origen y desarrollo de la enseñanza pública superior en Buenos Aires*, de 1868) e José Ricardo Pires de Almeida no Brasil (*História da instrução pública no Brasil*, 1889), além de processos como a reforma universitária de Córdoba em 1918 (PORTANTIERO, 1978), com ecos junto ao espírito reformista no Peru (criação das Universidades Populares González Prada e incorporação de indígenas nos programas), Chile (a defesa da autonomia universitária a partir da Federação de Estudantes), na reforma colombiana de 1920 (RIAÑO VALLE; NODA HERNANDEZ, 2022) e nos movimentos estudantis de 1923 na Universidade de Havana. A criação do Conselho Superior Universitário Centroamericano, em 1949, demonstrou as preocupações políticas com a construção de um espaço educacional para integração científica e universitária regional (SANCHO DOMINGO, 2020). Contudo, a partir dos anos 1960 e 1970, apenas com o crescimento exponencial do setor (em uma conjuntura em que países como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai eram governados por ditaduras militares) ganharam volume as pesquisas especializadas em mapear o ensino superior e suas estratégias de desenvolvimento nacionais. Nesse contexto, vale destacar o trabalho de Daniel C. Levy (1986), tomado pelas teorias da modernização, bem como a volumosa coletânea dos chilenos Patricio Dooner e Iván Lavados Montes (1979) e os estudos da colombiana Águeda María Rodríguez Cruz (1973), do uruguaio

Germán Rama (1978), dos argentinos José Luis Romero (1980) e Risieri Frondizzi (1971), do mexicano Jorge Mario García Laguardia (1977) e de brasileiros como Álvaro Vieira Pinto (1962), Anísio Teixeira (1968) e Simon Schwartzman (1979).

Apesar da variedade de trajetórias e de formatos dos sistemas de ensino contemporâneos, uma transformação notável nas últimas cinco décadas, com efeitos estruturais sobre todos os sistemas nacionais, foi a expansão das relações de mercado, ancoradas na globalização do capital, sobre as instituições de ensino superior. Tanto no setor público quanto no setor privado, as dinâmicas de valorização e de acumulação do capital e sua gramática moral – baseada, sobretudo, na competição, na eficiência, na rentabilidade e na vasta ideologia de engajamento e colaboração do *new management* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2011) – passaram a permear as relações sociais de trabalho e as relações interinstitucionais.

Especialmente na América Latina, a reflexão sobre esse quadro de mudanças socioeconômicas e institucionais é relevante, na medida em que, além dos problemas fiscais e da desestruturação de políticas de bem-estar a partir dos anos 1980, os robustos sistemas públicos de ensino superior – sobretudo em países como Brasil, Argentina e México (MOLLIS, 2001; ALCÁNTARA SANTUARIO; JIMÉNEZ NÁJERA, 2013) – têm coexistido com a pressão de uma agenda internacional de modernização capitalista do setor, nucleada em agências de crédito como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (MARGINSON; MOLLIS, 2001), considerando a diminuição de subsídios estatais e novos mecanismos de gestão pública para seletividade na distribuição de recursos para ciência e ensino superior. Na região, as instituições de ensino superior – e, sobretudo, as universidades – são, a um só tempo, o lugar por excelência da vida intelectual e da produção científica e *ainda* galvanizam promessas de ascensão social (apesar das sucessivas crises e transformações no mercado de trabalho).

Em função da centralidade do ensino superior para a qualificação da força de trabalho, parte significativa das pesquisas especializadas na área (bem como suas raízes históricas) é preocupada em descrever ou aperfeiçoar os controles

institucionais para gestão do setor. A recente publicação do livro de Krystian Szadkowski (2023), que apresenta notáveis avanços teóricos e empíricos decorrentes de mais de uma década de estudos sobre as mudanças e os desafios do ensino superior e da produção científica, assinala uma *démarche* diferente e fundamental para o estado da arte na área: trata-se de uma *teoria crítica abolicionista*, em um gesto que não se limita a denunciar a exploração do processo de trabalho, mas sublinhar as *contradições produtivas*, ou seja, momentos da relação capital/trabalho que podem oferecer subsídios para saídas no ensino superior para além do universo do produtivismo, métricas, competição, etc. (SZADKOWSKI, 2023, p. 55). A obra, de partida, deve ser recebida como um texto referencial para as futuras pesquisas, na medida em que a perspectiva de Szadkowski possibilita reflexões abrangentes sobre as redes nacionais e transnacionais que enredam a educação superior e a produção da ciência, urdidas pelo capital, a partir da globalização.

TRABALHO E SUBSUNÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

O livro de Szadkowski é angulado por dois pontos teóricos fundamentais, a saber, um trabalho sobre as categorias da crítica da economia política de Marx e as discussões com o autonomismo italiano de Antonio Negri, considerando a posição ontológica do comum. A intersecção entre os dois pontos viabiliza um duplo ferrão teórico e prático para o esquema de Szadkowski. Por um lado, há uma saída para o argumento de teóricos que, na linha de Moishe Postone, deslocam a posição ontológica da categoria trabalho, em Marx, ao confiná-la a uma forma histórica da socialização capitalista baseada no valor – um esforço de historicização que, embora tenha contribuições interessantes para a discussão sobre as especificidades do capitalismo industrial, parece esvaziar a dialética homem-natureza como mediação do processo social. Por outro lado, ao realçar a leitura política de Marx, Szadkowski demonstra os nexos entre a crítica da economia política e as lutas por emancipação, distanciando-se das abordagens de Jacques Bidet e Gérard Duménil, que afastam a composição lógica e metodológica da crítica das lutas sociais.

Em boa parte dos sistemas de ensino superior contemporâneos há uma sobreposição entre os setores público e privado. Em alguns países, como Brasil e Argentina, os cursos de graduação nas universidades públicas são gratuitos, coexistindo com as ofertas de uma ampla rede privada; em outros países, como no Chile e na Suíça, há taxas para ingresso e permanência mesmo em instituições públicas. No caso do ensino privado, o circuito do capital fica evidente: os proprietários compram a força de trabalho de docentes e pessoal técnico-administrativo, contam com política pública para bolsas de estudo ou crédito de financiamento estudantil, organizam a produção conforme os procedimentos de gestão e fundamentam a abertura de turmas/cursos conforme a rentabilidade (SZADKOWSKI, 2023, p. 89). No sistema brasileiro, por exemplo, mesmo as universidades comunitárias e as instituições mantidas por fundações sem fins lucrativos não destoam tanto do circuito necessário para valorização do capital.

O setor público, contudo, apresenta nuances importantes. Nesse sentido, Szadkowski (2023, p. 90) pondera que

The work process itself is organised by the university, disregarding the principles of management and the squeezing out of surplus value. Moreover, the results of the teaching process are not necessarily sold on the market. From the point of view of educational processes in purely public institutions, Marxian schemes seem to have no application. The problem, however, is that fewer and fewer higher education systems are completely free of tuition fees. Secondly, the governance mechanisms of public universities increasingly use toolkits taken from market organisations. Finally, the teaching process is not the only aspect in which universities are engaged. In other areas – such as knowledge production or innovation – their outputs take the form of commodities and enter circulation.

Ainda que nas instituições públicas a base da relação de trabalho não seja diretamente determinada pela valorização do capital (obliterando, via de regra, a geração de mais-valor extraído do processo de trabalho), já que os recursos são do orçamento estatal, as instituições compõem o circuito do capital na medida em que, por meio de frações vinculadas à produção e à reprodução de

mercadorias (ciência aplicada em desenvolvimento de produtos, artigos, etc.), são integradas a uma estrutura capitalista de produção da ciência. Os momentos que estruturalmente constituem esse circuito parecem fundamentais para Szadkowski.

Duas frações do capital balizam os nexos entre instituições de ensino e circuito do capital. Por um lado, o capital mercantil consiste na venda de produtos do trabalho acadêmico (SZADKOWSKI, 2023, p. 93), como as relações comerciais que estruturam o setor privado – desde representantes comerciais (vide os polos de EaD brasileiros) até as grandes bibliotecas virtuais de empresas como Pearson, EBSCO, etc. – e a dependência das instituições públicas em relação aos oligopólios editoriais que publicam e valiam a ciência global, como Wiley, Elsevier, etc. Por outro lado, o capital financeiro reforça a rentabilidade e a necessidade de gestão do setor no sentido da predominância de grandes grupos de investimento (como os conglomerados do setor privado) e serviços de crédito, como a Sallie Mae nos Estados Unidos, destinados ao empréstimo a estudantes.

Nesse cenário, a subsunção do trabalho pelo capital assume um papel decisivo no processo de produção e circulação do conhecimento, revelando a profundidade das transformações capitalistas no ensino superior. Duas dimensões são muito bem analisadas por Szadkowski. Além da clássica distinção marxista entre subsunção formal e subsunção real, chaves analíticas importantes para o entendimento da diferenciação dos setores produtivos conforme a extensão e a natureza de suas vinculações ao valor e ao circuito do capital, a adição da subsunção ideal para análise do ensino superior oferece um quadro fundamental para a compreensão dos fatores subjetivos implicados no processo de trabalho e, sobretudo, para a crítica de como a arquitetura institucional dos Estados pode desenhar condições para o capital. Especialmente nesse ponto, políticas públicas (via legislação ou reformas universitárias para reestruturação de planos de carreira e progressão) são entrecortadas pelas dinâmicas de economias de mercado, pressionando a lógica pública mediante a necessidade de otimização das condições de produção da sociedade. Nesse sentido,

The recent reforms in higher education could be understood in this way. Ruling through competition, establishing market rationality of institutions and individual actors, universalisation of measures and indicators in managing the sector, public-private partnerships, and many other elements from the handbooks of New Public Management reformers all contribute to the expansion of the conditions of ideal subsumption. They represent the preparation of academic labour for the requirements of, among others, a merchant capital faction (oligopoly of academic publishers) (SZADKOWSKI, 2023, p. 118-119).

Outra dimensão argutamente assinalada por Szadkowski (2023, p. 107) consiste na explicação de como o setor privado tende a integrar inovações com mais velocidade do que as universidades públicas. Retomando o esquema clássico de Marx sobre a subsunção real, esse processo é marcado pela efetiva incorporação de ciência aplicada e tecnologia para a otimização do capital, intensificando as forças produtivas e alterando substancialmente as relações de produção. No ensino superior, isso é palpável, sobretudo, na velocidade do incremento de tecnologias de comunicação junto aos processos de ensino-aprendizagem. O capitalismo redesenha os ambientes de ensino e de produção científica movido pela acumulação, de modo que agudos giros modernizadores, como a expansão das redes nos últimos 30 anos, pavimentam caminhos para uma crescente produtividade (apoiada sobre a mudança tecnológica e a multiplicação de tarefas para docentes e gestores) e venda de mercadoria (via, por exemplo, aumento em escala de ganhos por matrículas com aulas gravadas). Além da intensificação das forças produtivas com potenciais de redução de custos, portanto, há uma nova morfologia do trabalho no ensino superior.

Um bom caso para a discussão desse cenário é a expansão dos formatos de educação online: os primeiros experimentos com ensino online ocorreram no final dos anos 1980, nos EUA, mas a modalidade ganhou força a partir do início dos anos 2000 com os MOOCs, em função da disseminação da infraestrutura de redes. Trata-se de um subsetor muito heterogêneo, que compreende desde aulas gravadas e roteiros de aprendizagem praticamente auto-instrucionais (conforme o formato de educação a distância “clássico”, chamado de EaD no

Brasil) até as recentes experiências com ambientes flexíveis e a possibilidade de aulas síncronas, hibridizando os processos de ensino e aprendizagem (NARITA et al., 2023). À luz dessa transformação sociotécnica no setor, acelerada pela pandemia de covid-19, o ambiente sofreu ainda outras torções significativas diante da força das *big techs* na captura do trabalho vivo e de dados.

O Brasil oferece um interessante campo para a avaliação dos efeitos da subsunção real, considerando as mudanças sociotécnicas do capitalismo sobre as instituições de ensino superior. O formato EaD se popularizou nos anos 2000, sobretudo, graças à atuação do setor privado, tendo atravessado uma concentração acelerada nos últimos 5 anos, de modo que apenas 5 instituições privadas detêm quase 30% dos alunos de graduação no país (PALHARES; MARTINS, 2023). Os oligopólios, capazes de constituir hegemonia sobre o setor, pressionam o poder público para fragilizar cada vez mais a regulação a fim de expandir o ensino a distância. A legislação permitiu a concentração do ensino superior em grupos já expressivos e que se expandiram ainda mais, oferecendo cursos a custos cada vez mais baixos.

A concentração foi acelerada nos últimos 5 anos, especialmente após o decreto 9.057, de 25 de maio de 2017, que conferiu maior autonomia para a abertura de polos de ensino a distância sem a necessidade de aprovação do Ministério da Educação. A questão é menos a modalidade EaD (já que há algumas práticas consistentes na área) do que a qualidade do ensino oferecido na maior parte das instituições, uma vez que os grandes grupos comerciais operam sobre modelos de redução da quantidade de docentes e aumentam exponencialmente a quantidade de alunos – um docente, por exemplo, chega a acompanhar 1000 ou 1500 alunos. A precarização do trabalho acadêmico diante dessa nova morfologia do trabalho por meio de plataformas digitais é um aspecto importante a ser considerado a partir do desenho da subsunção do setor oferecida por Szadkowski. Contudo, o aspecto mais urgente desse cenário reside nos efeitos sociais dessas distorções. Essas ofertas predominam nas licenciaturas precisamente em um momento em que o país precisa de políticas públicas robustas para a formação de professores, baseadas na reestruturação

de carreiras docentes e na reforma de currículos (QUEIROZ, 2023), em vez do mero afrouxamento da regulamentação para abertura de nichos de mercado.

O cenário certamente pode ser matizado. A educação a distância possibilitou o acesso de muitos estudantes de baixa renda ao ensino superior em uma região marcada pela histórica exclusão de classes e de grupos subalternos, de modo que, especialmente em países como Argentina (CABRAL, 2022), Colômbia (FACUNDO, 2010), México (NAVARRETE-CAZALES, 2017) e Brasil (SEKI, 2021), essa dimensão tem sido relevante para a ampliação da cobertura institucional. As ações de expansão das diversas modalidades de cursos online têm sido respaldadas em diretrizes da UNESCO, mas são muito reforçadas em linhas de fomento e de ação do setor privado na América Latina, como as propostas do Santander e Telefónica. No entanto, em muitos casos (é sempre importante frisar que há notáveis exceções), essa ampla oferta EaD contradiz a qualidade, uma vez que concentra e explora as forças produtivas em aulas, materiais didáticos e tutoria, esvaziando as instituições de ensino superior de um compromisso fundamental para o setor e para o desenvolvimento social: a produção do conhecimento baseada em pesquisa.

A LÓGICA MATERIAL DO PRESTÍGIO

Nos sistemas de ensino modernos, a universidade responde a uma necessidade funcional para além da reprodução do mercado de trabalho: a *produção* de conhecimento especializado. Diferentemente da condição da educação básica, portanto, não se trata de um setor responsável somente pela reprodução de conhecimento. Para tanto, a produção acadêmica depende de volume bibliográfico que deve ser mensurado como quantificação do trabalho objetivado, sobretudo, em artigos e em livros. Essa lógica social de produção vincula à subsunção do trabalho alguns referenciais simbólicos de distinção, como o prestígio, que expressam a produtividade individual.

Szadkowski (2023, p. 166) analisa o papel estruturante do prestígio com um importante acento: trata-se menos do brilhantismo do gênio individual (figura romântica ingenuamente ainda em voga entre docentes universitários fixados em

métricas e em impacto) do que de condições socioculturais e econômicas que distribuem e transferem, de modo desigual, o reconhecimento *inter pares*. Esse argumento pode ser um desdobramento lógico das condições de subsunção do trabalho, pois os mecanismos de distribuição do prestígio estão diretamente determinados pelo ranqueamento das instituições (em rankings nacionais e internacionais) e pela indexação das revistas e das editoras. Uma dimensão importante da subsunção do trabalho acadêmico, aliás, é explicitada por meio da busca por prestígio: o capital controla as instituições e a ciência não apenas por meio de salário e de taxas, mas pressionando os indivíduos a uma competição ritmada pela estima intelectual.

No limite, a própria ideia de comunidade científica depende dos mecanismos de distribuição de prestígio. Algumas contradições, nesse sentido, são oportunamente relevadas por Szadkowski em uma valiosa discussão com a sociologia da ciência de Robert Merton e de Norman Storer. A discussão, aqui, vincula a construção do prestígio à produção, seleção e distribuição do saber para regulamentação e incentivo da inovação e da produção do conhecimento científico-acadêmico.

A ideia de Storer (1966, p. 76-77) da ciência como um sistema social impulsionado pela criatividade implica a definição de um conjunto de protocolos e de expectativas, nucleados no “ceticismo organizado” (forçando a submissão dos trabalhos à avaliação dos pares, independente de critérios como autoridade e poder) e no “desinteresse” (a pesquisa idealmente não seria uma busca por status, dinheiro, etc.); esses componentes sistêmicos estruturam os comportamentos dos pesquisadores a partir da necessidade de obtenção de *competent responses* (como o reconhecimento profissional) e *rewards* em um ambiente inevitavelmente competitivo. A proposta de Storer explora a teoria de Merton (2013), cujos estudos pioneiros em sociologia da ciência – ao lado de Talcott Parsons e George Sarton – confiavam também nas condições de um ambiente competitivo como uma das condições sociais para a busca por conhecimento, forçando os pesquisadores ao aperfeiçoamento e reforçando, a um só tempo, as boas práticas científicas e a autonomia do campo científico.

Quase meio século depois destes textos fundadores, os mecanismos talvez não sejam tão funcionalmente integrados à prática universitária; em outras palavras, como não se autonomizaram, não estruturam um campo normativo, na medida em que, nas últimas décadas, protocolos éticos precisaram ser reforçados, bem como ferramentas e controles de plágio ou publicações predatórias. Além disso, o campo acadêmico-científico, por si, não separou os bons dos maus acadêmicos e o ambiente competitivo pressuposto por Merton e Storer não foi apenas movido por reconhecimento, mas pela quantificação de itens (publicações, bancas, etc.) traduzidos em benefícios para progressão na carreira ou captação de recursos para projetos – em outras palavras, interesses instrumentais de carreira comumente ficaram sobrepostos à qualidade na produção de conhecimento. Além disso, com os oligopólios editoriais como mediadores da distribuição da produção, realçando a predominância do capital mercantil no setor, Szadkowski (2023, p. 181) observa que os meios de comunicação científica, antes diretamente geridos pelas comunidades de pesquisadores e professores (fiando a autonomia do campo científico tão cara às gerações de Merton e Storer), hoje são alienados dos produtores de ciência – exceção feita às poucas publicações que ainda lutam, especialmente na periferia do capitalismo, para garantir alguma autonomia à comunicação científica –, tornando-se dependentes da lógica corporativa mercantil que crescentemente infiltra a circulação do capital pelo setor.

Talvez seja pertinente adicionar à lógica material do prestígio um componente cultural da globalização: a consolidação do inglês como idioma por excelência da comunicação científica de alto impacto. Essa tendência, já visível no fim dos anos 1960 mas consolidada a partir dos anos 1990 (GORDIN, 2015), afeta não apenas pesquisadores em busca de revistas e de editoras para circulação do conhecimento, mas pressiona os próprios editores à tradução de seus conteúdos para o inglês. Em contextos de contingenciamento de recursos para a ciência, realidade constante em países periféricos, o próprio trabalho editorial é duplamente penalizado: (1) pela dificuldade de acesso a fontes de fomento e apoio à revisão/tradução e (2) pela precarização de uma função já pouco valorizada, como a editoração e todas as suas etapas (editores, parece-

ristas *ad hoc*, etc.). Além disso, as assimetrias da ciência global ficam ainda mais salientes, distribuindo desigualmente o prestígio entre meios de publicação a partir de parâmetros centrados em modelos institucionalizados em países anglófonos.

Esse certamente é um dos grandes debates da qualificação da produção científica no Brasil: o sistema Qualis da Capes, que estruturou critérios para avaliação de periódicos científicos conforme parâmetros nacionais, coexiste com uma demanda crescente por quantificação e por métricas advindas de índices globais (como o fator H, o JCR, etc.). Ainda que não exista “ciência nacional” (já que o escopo da ciência é a universalidade), a produção do conhecimento é enraizada em contextos sociais que afetam diretamente a condução e a circulação das pesquisas, bem como as condições de estruturação da comunidade científica. Especialmente na discussão sobre parâmetros de avaliação da produção, a abertura do sistema Qualis a esses índices colocaria as revistas brasileiras em competição com culturas editoriais de língua inglesa muito mais fortes e referenciadas nas comunidades científicas.

PUBLICAÇÃO, MENSURAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

Os constantes esforços para disciplinar e aperfeiçoar os sistemas de publicação revelam a centralidade da atividade para a subsunção do trabalho de docência e de pesquisa no ensino superior. Há, aqui, uma importante contradição na produção científica (SZADKOWSKI, 2023, p. 186): *quanto mais as economias dependem de mercadorias baseadas no conhecimento, mais dependente se torna a geração de riqueza em relação à distribuição aberta de conhecimento*. No caso do ensino superior, um recorte imprescindível da mercadoria-conhecimento é a publicação científica de artigos e de livros. Poderíamos discutir o papel das patentes ou mesmo a crescente demanda por desenvolvimento de pesquisa aplicada para inovação ou materialização em produtos em empresas e indústrias, mas esses elementos não são tão presentes quanto a produção bibliográfica (pontos-chave para as políticas de avaliação, alocação de recursos e ranqueamento do setor em qualquer área do

conhecimento e em qualquer escala de avaliação, seja nacional ou internacional). Em outras palavras, artigos e livros funcionam como o núcleo mais elementar da socialização capitalista no ensino superior. A tematização da questão, como bem sugere Szadkowski, pode ser notada com a reestruturação produtiva do capital, acelerada a partir dos anos 1980, à luz do capitalismo cognitivo: um regime de acumulação e de divisão do trabalho em que o conhecimento, além de ser a base da valorização, *passa a ser incorporado em capital fixo* (via sistemas automatizados de máquinas, algoritmos, etc.) para gestão da produção intelectual e exigência de treinamentos e atualização como mecanismos de controle das forças produtivas. Nesse sentido, vale citar *ipsis litteris* as considerações do autor:

Firstly, the academic journal system, as we discussed in the previous chapters, is at the centre of validating the knowledge produced by academic labour. For the piece of research to have general cognitive value, it traditionally has to go through a peer-review process and be published in a journal recognised by the scientific community. A journal, therefore, has a fundamental function in the process of knowledge becoming scientific knowledge. Secondly, linked to this epistemic recognition, we also find recognition by the community of academics—prestige—of which, as I wrote in Chap. 7, the quantification processes are currently taking place on an unprecedented scale under the leadership of capital and the state. Prestige is the currency of capitalist science. This dynamic is instilled in national and international systems of evaluation of academic labour where measurement apparatuses operate. For this reason, by producing for the capitalist and relinquishing ownership rights over the commodity produced, academic labour is rewarded, as it were, in a currency specific to its field of practice (SZADKOWSKI, 2023, p. 215).

No caso da publicação científica, a circulação do capital ocorre por meio de dois modelos: uma forma proprietária e outra baseada no acesso aberto. A primeira depende da venda de direitos de acesso aos artigos ou necessidade de assinaturas pagas, conforme recursos dispensados pelos governos, pelas instituições de ensino superior e pesquisa ou pelos próprios pesquisadores. Essa lógica, contudo, parece ceder lugar a outra prática: a expansão do modelo

capitalista de acesso aberto, que altera a forma de propriedade e os efeitos da publicação científica. O trabalho acadêmico não consiste simplesmente em direitos de propriedade controlados pelo capital, mas deve contar com taxas para revisão e publicação dos materiais. O público não paga diretamente para ter acesso ao conteúdo do trabalho, mas as taxas de publicação (geralmente custeadas por agências públicas de fomento à pesquisa) sustentam o sistema. Nesse deslocamento da lógica proprietária, a estrutura capitalista do acesso aberto pressupõe a mediação do capital em todos os momentos de validação do conhecimento, de modo que duas variáveis fundamentais do trabalho acadêmico, como o prestígio junto à comunidade científica e as métricas da publicação, permanecem estruturadas pela reprodução do capitalismo junto aos oligopólios do setor de publicação.

O circuito é reforçado por uma vasta infraestrutura de metadados, posicionando a política de dados como componente de metabolismo do capital, na medida em que especialmente o conhecimento aberto é registrado em vastos repositórios de conhecimento especializado facilmente rastreável. Se os metadados conectam a visibilidade do conhecimento, sua circulação (afetando o prestígio) e a reprodução de um modelo de mensuração e medida do valor, convém refletir em que medida as “fábricas de metadados”, como a CrossRef e os indexadores, têm sido integradas à construção do capitalismo cognitivo. Em outras palavras, a questão talvez seja pensar também como esses elementos centrais na comunicação científica (pois costuram toda a infraestrutura técnica para publicação e localização de itens), embora periféricos do ponto de vista do trabalho acadêmico (centrado em aulas, orientações, grupos de pesquisa e publicações), estão inseridos no metabolismo das métricas e da economia política do setor. Além disso, mesmo sistemas de acesso aberto, como o Open Journal System, parecem estar articulados nesse ciclo de visibilidade e captura (SZADKOWSKI, 2023, p. 153), muito mais do que de produção, do valor-trabalho.

Um ponto fundamental da discussão de Szadkowski é como os diversos parâmetros de mensuração da produção acadêmica não respondem apenas aos critérios instrumentais de distribuição de prestígio ou acesso a recursos, *mas a*

uma necessidade do capital para controlar o trabalho no ensino superior. Trata-se, aqui, de um momento da subsunção do setor que tangencia, como crivos para a reprodução capitalista, a constante necessidade de publicação e de circulação do conhecimento, uma vez que as frações do capital mercantil são especificamente localizadas no setor de publicações científicas. A publicação, portanto, é a área de mediação de um amplo sistema de trocas permeado, de ponta a ponta, pelo controle do capital: a atividade organiza a produção, estabelecendo as condições para busca, metrificação e ampliação dos componentes comuns do trabalho (SZADKOWSKI, 2023, p. 96).

Como bem argumenta Szadkowski (2023, p. 136), a mensuração da publicação científica a partir de técnicas bibliométricas possui uma longa e heterogênea história, compreendendo da matriz de Bradford e do modelo de indexação de Garfield, nos anos 1950, aos experimentos soviéticos com Suvorov e Nalimov/Mulchenko nos anos 1960. Contudo, nos anos 1970, com a proposição dos primeiros *journal impact factors* (JIF), o sistema de métricas definitivamente foi generalizado como medida de prestígio e de controle do trabalho nas instituições, seja conforme o índice de Hirsch ou ferramentas disponibilizadas pela Scimago, Altmetrics e Clarivate (JCR). A mensuração foi acelerada com a transição digital no setor editorial a partir dos anos 2000, tornando-se a pedra-angular para a economia política da ciência com a predominância de um valor abstrato de quantificação sobre o valor de uso da comunicação científica.

Nesse sentido, Szadkowski (2023, p. 144) demonstra como o capital necessita de um sistema de métricas para organizar o valor e se reproduzir, estabelecendo relações abstratas para controlar o trabalho vivo. As técnicas de mensuração permitiram, sobretudo, a *sincronia* da medida do valor-trabalho, subsumindo um conjunto heterogêneo de atividades docentes e de pesquisa a critérios abstratos para quantificar a produtividade e distribuir prestígio (SZADKOWSKI, 2023, p. 236). Uma rede global de sistemas de comparação interinstitucional e interpessoal, então, foi estruturada a partir dos rankings universitários, que criaram um ambiente competitivo em escala global para o ensino superior. Ainda que muitas listagens considerem o ensino como um

parâmetro relevante, o sobrepeso das atividades de pesquisa para a medida do trabalho produtivo no ensino superior aprofunda algumas distorções, conforme assinala Szadkowski (2023, p. 6): além de reiterar as clivagens entre posições precárias de ensino e docentes que, detentores de recursos para grandes projetos temáticos, contam com mão-de-obra ainda mais precária para suprir as obrigações com ensino (deslocando doutorandos e pós-doutorandos para as atividades), a ênfase sobre a publicação relega as atividades de docência a um plano secundário.

HORIZONTES PARA O ENSINO SUPERIOR E A CIÊNCIA

A pesquisa de Szadkowski abre diversos caminhos para a reflexão sobre os horizontes do ensino superior e da produção científica, tanto em países centrais do capitalismo quanto em suas periferias. Correndo o risco de extrapolar os argumentos do livro, mas aproveitando o ensejo para refletir a partir das ótimas sendas abertas por Szadkowski, proponho quatro tópicos que talvez sejam pertinentes para uma análise crítica do setor.

I. O ensino superior é uma das bases para a produção da ciência – especialmente por meio de pesquisas básicas. Talvez seja importante também analisar o papel do setor à luz da reestruturação produtiva a partir dos anos 1980, com a predominância da economia das patentes. As teorias sobre o capitalismo cognitivo captam algumas relações estruturais da nova morfologia do trabalho, mas há nuances que podem ser matizadas, por exemplo, em relação à governança institucional em universidades públicas. Como critérios de gestão advindos do setor empresarial e adaptações curriculares às exigências de mercado têm afetado as políticas e a organização dos processos de trabalho no sistema público?

II. O *digital turn* acelerado nas últimas duas décadas explicitou a necessidade da reprodução capitalista de redesenhar os espaços de ensino e de produção do conhecimento. A subsunção real do trabalho depende de processos colaborativos que, no caso do ensino superior e da produção científica, podem ser incorporados em lógicas não-proprietárias ou no estímulo

ao *hyperauthorship*, uma prática crescente, pois facilitada pelas redes digitais (CHAWLA, 2019), que indica caminhos diferentes de autoria para além da busca por mérito individual (SZADKOWSKI, 2023, p. 111-112). Ainda que essas dimensões reforcem as necessidades produtivas do capital, elas assinalam um potencial imanente de transformação do trabalho, demonstrando a natureza social da produção, bem como um deslocamento da ênfase sobre a propriedade individual do conhecimento, tornando-o compartilhável e mais flexível quanto ao critério de autoria única ou restrita a um pequeno grupo. Na América Latina há diversas iniciativas relevantes de acesso aberto, como a plataforma Scielo (estruturada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), os repositórios institucionais e os portais de periódicos, sobretudo, das instituições públicas. Nesse caso, contudo, estamos falando de uma região periférica em relação à hegemonia de instituições norte-americanas, britânicas e, crescentemente, chinesas. Ainda assim, até que ponto as publicações que dispensam taxas tanto de autores quanto de leitores e disponibilizam abertamente os conteúdos representam alternativas viáveis à hegemonia capitalista sobre o setor?

III. Szadkowski argutamente demonstra como a própria lógica do acesso aberto que cobra de autores, política em expansão no setor editorial, está integralmente articulada ao circuito do capital. Ao lado dessa prática, o acesso pago a livros e a artigos corresponde a uma parte expressiva do trabalho editorial, sobretudo, no acesso à produção anglo-saxônica. Em outras palavras, ainda há uma forte marca de privatização dos meios de difusão da ciência em acessos restritos a taxas por artigo, mensalidades pagas por bibliotecas, etc. Quais são os impactos desses processos sobre a circulação do conhecimento? É apropriado falar em novas *enclosures* sobre os comuns decorrentes do trabalho acadêmico?

IV. As pesquisas de Szadkowski permitem explorar, *lato sensu*, a correlação entre ensino superior e mudança social, entendida como a capacidade de orientar transformações engajadas com a democratização da gestão e com oportunidades às classes e aos grupos menos favorecidos. Aqui, talvez seja proveitosa retomar o desfecho do livro, considerando alternativas às contra-

dições do ensino superior subsumido ao capital: o comum como dimensão ontológica da socialidade, na medida em que institui relações sociais baseadas em formas cooperativas e de compartilhamento da produção, tornando-a *social*, ou seja, coletiva. Na socialização, manejamos recursos e instituímos – muitas vezes de modo horizontal – alguma normatividade para as interações. Szadkowski apresenta uma valiosa perspectiva sobre o comum, como posição ontológica que antecede a existência de uma comunidade, constituindo a *riqueza* socialmente produzida que, sendo igualmente compartilhada e distribuída, indica a base de todo sistema produtivo (SZADKOWSKI, 2023, p. 245). Em outras palavras, há comuns no trabalho no ensino superior: a partir deles, então, um discurso de emancipação pode ser tecido, por exemplo, junto à gestão democrática e ao papel das organizações estudantis para uma governança participativa (SZADKOWSKI, 2023, p. 250), com representantes discentes, junto aos colegiados das instituições. No processo de trabalho, aliás, o próprio capital conta com as estruturas do comum para sua realização: um bom exemplo é o acesso aberto. Essas práticas são facilmente cooptadas pelo capital, mas carregam potencial de transformação quando orientadas para o controle *social* (não estatal, tampouco privado) da produção, viabilizando um discurso de emancipação em relação às distorções do capitalismo global junto às instituições.

REFERÊNCIAS

ALCÁNTARA SANTUARIO, Armando; JIMÉNEZ NÁJERA, Yuri. Políticas de educación superior y producción de conocimientos en México (1980-2011). **Inter-Ação**, Goiânia, v. 38, n. 2, 2013.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 2011.

CABRAL, Rubén Gonzalo. **La educación a distancia**: características, historia y potencialidad en Argentina. Tese (Doutorado em Educação) – Pontificia Universidad Católica Argentina, Buenos Aires, 2022.

CHAWLA, Dalmeet Singh. “Hyperauthorship: global projects spark surge in thousand-author papers”. **Nature**, Londres, 13 dez. 2019.

DOONER, Patricio; LAVADOS MONTES, Iván. **La universidad latinoamericana**: visión de una década. Santiago: Corporación de Promoción Universitaria, 1979.

FACUNDO, Angel. El difícil tránsito a la virtualidad: la educación superior a distancia en Colombia luego de tres décadas de desarrollo. In: RAMA, Claudio; PARDO, Jose. **La educación superior a distancia**: miradas diversas desde Iberoamérica. Madri: UNESCO, 2010.

FRONDIZI, Risieri. **La universidad en un mundo de tensiones**: misión de las universidades en América Latina. Buenos Aires: Paidós, 1971.

GARCÍA LAGUARDIA, Jorge Mario. **La autonomía universitaria en América Latina**. México, 1977.

GORDIN, M. D. **Scientific Babel**: how science was done before and after global English. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

LEVY, Daniel C. **Higher education and the state in Latin America**: private challenges to public dominance. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

MARGINSON, S.; MOLLIS, M. The door opens and the tiger leaps: theories and reflexivities of comparative education for a global millennium. **Comparative Education Review**, Chicago, v. 45, n. 4, 2001.

MERTON, Robert. A ciência e a estrutura social democrática (1942). In: MERTON, Robert. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MOLLIS, Marcela. **La universidad argentina en tránsito**. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2001.

NARITA, Felipe Ziotti; OLIVEIRA NETO, José Dutra; PEREZ, Alessandra Fracaroli; PAPA, Patricia Miziara (orgs.). **Educação, tecnologia e ambientes flexíveis**. Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2023.

NAVARRETE-CAZALES, Zaira; MANZANILLA-GRANADOS, Hector Manuel. Panorama de la educación a distancia en México. **Revista Latinoamericana de Estudios Educativos**, Caldas, v. 13, n. 1, 2017.

PALHARES, Isabela; MARTINS, Cristiano. “Cinco instituições particulares concentram 27% dos alunos de graduação do país”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 2023.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. Rio de Janeiro: UNE/Editora Universitária, 1962.

PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudiantes y política en América Latina (1918-1938)**: el proceso de la reforma universitaria. Buenos Aires: Siglo XXI, 1978.

QUEIROZ, Christina. “Crise nos programas de licenciatura”. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, 2 out. 2023.

RAMA, Germán. Notas acerca de la expansión universitaria, el mercado de empleo y las prácticas académicas. **DEALC 5**, Buenos Aires, 1978.

RIAÑO VALLE, Felix; NODA HERNANDEZ, Marcia Esther. La universidad latinoamericana: antecedentes históricos, situación actual y desafíos. **Revista Universidad y Sociedad**, Cienfuegos, v. 14, n. 4, 2022.

RODRÍGUEZ CRUZ, Águeda Maria. **Historia de las universidades hispanoamericanas**. Bogotá: Patronato Colombiano de Artes y Ciencias, 1973.

ROMERO, José Luis. El ensayo reformista. **Latinoamérica**, Buenos Aires, v. 13, 1980.

SANCHO DOMINGO, Carlos. La integración educativa universitaria en Centroamérica (1948-1975). **Trace**, Paris, v. 77, 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1979. (2 vols.)

SEKI, Allan Kenji. **O capital financeiro no ensino superior brasileiro**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2021.

STORER, Norman. **The social system of science**. Boston: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

SZADKOWSKI, Krystian. **Capital in higher education**. Londres: Palgrave Macmillan, 2023.

TEICHLER, Ulrich. Higher education research in Europe. In: CURAJ, A.; MATEI, L.; PRICOPIE, R.; SALMI, J.; SCOTT, P. **The European higher education area**. Londres: Springer, 2015.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, n. 50, 1968.